

Instituto Federal do Ceará

AUDITORIA INTERNA

Relatório de Diagnóstico
– IA-CM
2025



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Reitor do IFCE

José Wally Mendonça Menezes

Chefe de Gabinete

Rejane Tavares

Pró-Reitora de Ensino

Cristiane Borges Braga

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Joélia Marques de Carvalho

Pró-Reitora de Extensão

Ana Cláudia Uchôa Araújo

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Marcel Ribeiro Mendonça

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Reuber Saraiva de Santiago

Diretor de Relações Institucionais

Virgílio Augusto Sales Araripe

Diretora de Assuntos Estudantis

Ana Caroline Cabral Cristino

Diretor de Gestão da Tecnologia da Informação

Cláudio Ferreira Oliveira

Diretor-Geral do Polo de Inovação

Tarique da Silveira Cavalcante

Auditor -Chefe

Milena Mendes da Costa

Assistente da Auditoria

Antonia Karina Barroso Gouveia Cunha

Coordenador de Auditoria Patrimonial, Bens e Serviços

Dirlândia de Oliveira Marques

Coordenador de Auditoria em Gestão de Pessoas

Raimundo Christianey Rios

Coordenador de Auditoria Orçamentária, Operacional e Controles da Gestão

José Cláudio Karam de Oliveira

Sumário

1. Introdução 4

2. O Modelo IA-CM 4

3. Metodologia 8

4. Resultados em 2025 8

5. Conclusão 10

Anexo I - Diagnóstico 11

Anexo II - Plano de Ação 17

1. Introdução

A Unidade de Auditoria Interna do IFCE-Audin elaborou e publicou a primeira versão do Programa de Gestão e Melhoria da qualidade em 2022 ([PGMQ](#)). Nesse programa, a Audin aplicou as avaliações internas conforme orienta a Instrução Normativa Nº 8, de 2017, da SFC/CGU – Manual de Orientações da Atividade de Auditoria Interna Governamental (MOT). As avaliações externas que consistem na Autoavaliação validada por órgão externo e na avaliação pelos pares não foram realizadas de 2022 a 2025, posto que, antes de submeter a unidade a uma avaliação externa, seria necessário que a Audin fizesse sua autoavaliação nos termos do modelo IA-CM.

De acordo com o MOT:

A avaliação externa deve ocorrer pelo menos uma vez a cada cinco anos. Visa à obtenção de opinião independente sobre o conjunto geral dos trabalhos de auditoria realizados pela UAIG e sua conformidade com os princípios e as disposições da IN SFC nº 3, de 2017, e outras normas aplicáveis.

Em 2023 e 2024, a Audin publicou os relatórios de acompanhamento do PGMQ [Relatório 2023](#) e [Relatório 2024](#). Em 2025, A Audin/IFCE incluiu no Paint uma ação intitulada PGMQ contemplando horas para todos os membros da unidade com a finalidade de iniciar o processo de autoavaliação com diagnóstico de três Kpas do Nível 2 – Infraestrutura.

O processo de autoavaliação é realizado em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Modelo IA-CM para que a unidade de auditoria identifique as lacunas que precisam ser preenchidas e promova melhorias na unidade com o fim de se colocar alinhado ao modelo e consequentemente às práticas globais de auditoria.

O objetivo da unidade é certificar-se no nível 2 IA-CM até dezembro de 2028.

Os kpas de nível 2 são o primeiro nível de capacidade em que a unidade sai de uma situação não estruturada para um nível de infraestrutura estruturada com pessoas, normas, orçamento e reporte com a Alta Administração. Esse nível requer bastante regulamentação e alinhamento às normas do órgão supervisor (CGU), capacitação e maturidade da equipe em execução de trabalhos de auditoria e relacionamento com a unidade auditada.

Para fins de operacionalização do processo de autoavaliação, a unidade de auditoria estabeleceu uma metodologia de execução desse processo que será evidenciado neste relatório.

Este relatório apresentará ao final o diagnóstico parcial do kpa nível 2 referente às atividades realizadas em 2025 e o plano de ação para corrigir ou implementar atividades essenciais e, paralelamente, consignar a autoavaliação no sistema e-CGU.

2. O Modelo IA-CM

O modelo IA-CM é um framework que identifica os fundamentos de uma auditoria interna efetiva por meio de comparabilidade em torno de princípios, práticas e processos aplicados globalmente, baseado no IPPF, com vista ao desenvolvimento de uma auditoria interna apta a atender às necessidades da governança e às expectativas da organização.

A estruturação do modelo IA-CM originou-se em recomendação emitida pelo Comitê do Setor Público do IIA (PSC), em 2004, para a criação de um modelo universal de avaliação de capacidade que reforçasse a importância da auditoria interna para a eficiência e efetividade da Administração Pública. O desenvolvimento da ferramenta foi coordenado pelo The Institute of Internal Auditors Foundation Research (IIARF), envolvendo profissionais de vários países e apoio do Banco Mundial e do IIA. O modelo foi lançado em 2009 e atualizado em 2017.

O modelo foi estabelecido, no âmbito das Unidades de Auditoria Interna Governamentais (UAIG) do Poder executivo Federal, pela Portaria nº 777/CGU, de 18 de fevereiro de 2019, que estabelece, no anexo único, a Deliberação CCCI nº 01/2019: Utilização das metodologias Internal Audit Capability Model (IA-CM) e Quality Assessment (QA), do Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Ao implementar o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) previsto na Instrução Normativa SFC nº 03, de 09 de junho de 2017, e ao promover as respectivas avaliações externas de qualidade, recomenda-se que as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) utilizem como referência, preferencialmente, a metodologia Internal Audit Capability Model (IA-CM), do Instituto dos Auditores Internos (IIA)

A Controladoria Geral da União (CGU) na qualidade de órgão supervisor das UAIG do poder executivo federal tem poder para estabelecer orientações e determinações na atuação da Audin. Nesse sentido, a CGU promoveu capacitação, disponibilizou artefatos e sistema informatizado para que as UAIG tivessem suporte operacional e capacitação para utilizar o modelo internamente.

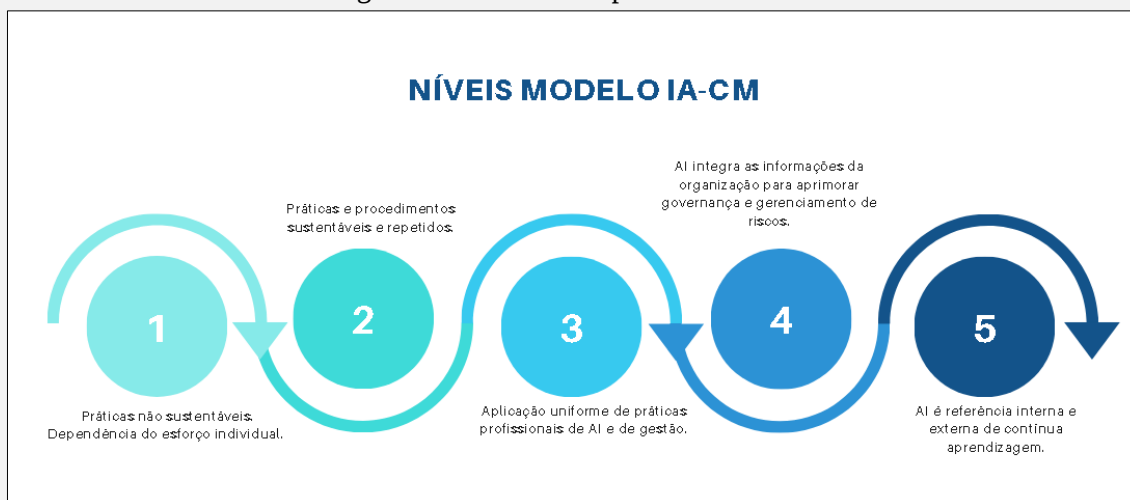
O modelo ilustra os níveis e estágios pelos quais uma unidade de auditoria interna governamental pode evoluir à medida que define, implementa, mede, controla, e melhora os seus processos e práticas. Sua lógica compreende uma estrutura em blocos encadeados, demonstrando a progressão dos macroprocessos-chaves a partir de uma UAIG menos madura para uma com capacidades fortes, estruturadas e eficazes.²

O IA-CM está dividido em 5 níveis de capacidade (figura 1), 6 elementos de atividades (figura 2) e 41 macroprocessos-chave (Kpas) distribuídos em uma matriz, conforme figura 3.

¹ Retirado da NOTA TÉCNICA Nº 1969/2022/CGMEQ/SFC.

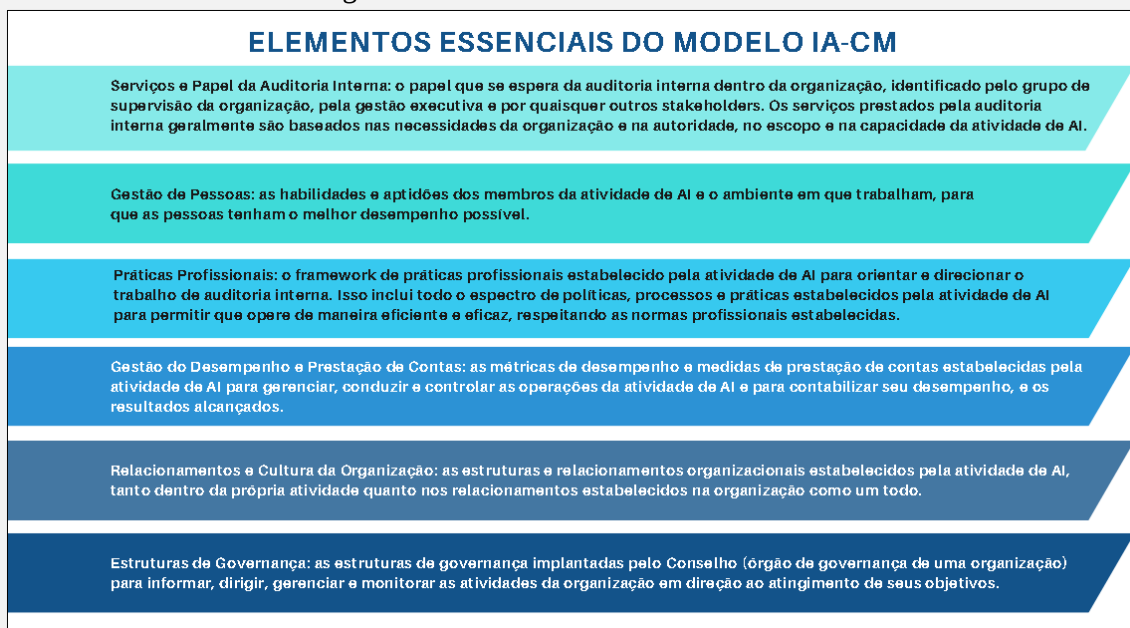
² Retirado da NOTA TÉCNICA Nº 1969/2022/CGMEQ/SFC.

Figura 1 – Níveis de Capacidade IA-CM



Fonte: Adaptação de Internal Audit Capability Model (IA-CM) for the Public Sector do IIA-Global.

Figura 2 – Elementos essenciais do IA-CM



Fonte: Adaptação de Internal Audit Capability Model (IA-CM) for the Public Sector do IIA-Global.

Figura 3 – Matriz de Capacidades do Modelo IA-CM

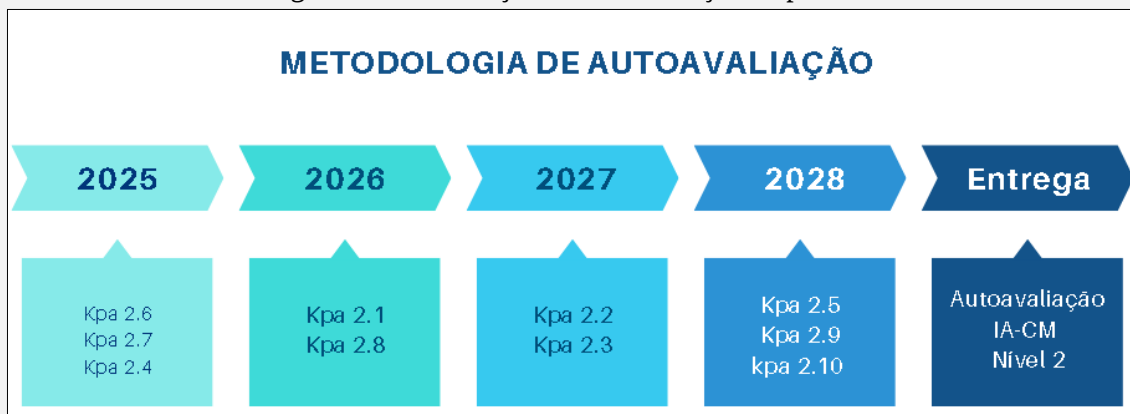
	Serviços e papel da AI	Gerenciamento de Pessoas	Práticas profissionais	Gerenciamento do Desempenho e Accountability	Cultura e Relacionamento Organizacional	Estruturas de Governança
Nível 5 - otimizado	AI reconhecida como agente-chave de mudança - kpa 5.1	Envolvimento da liderança com organizações profissionais - kpa 5.3 Projeção da força - kpa 5.2	Melhoria contínua de práticas profissionais - kpa 5.5 Planejamento estratégico da AI - kpa 5.4	Resultado e valor alcançados para a organização	Relações efetivas e permanentes	Independência, poder e autoridade da Atividade de AI
Nível 4 - gerenciado	Avaliação geral sobre governança, gestão de riscos e controles - kpa 4.1	AI contribui para o desenvolvimento da gestão - kpa 4.4 A atividade de AI apoia classes profissionais - kpa 4.3 Planejamento da força de trabalho - kpa 4.4	Estratégia de auditoria alavanca a gestão de risco da organização - kpa 4.5	Integração de medidas de desempenhos qualitativas e quantitativas - kpa 4.6	CAI aconselha e influencia a mais alta gerência - kpa 4.7	Supervisão independente da Atividade de AI - kpa 4.8
Nível 3 - integrado	Serviços de consultoria - kpa 3.2 Auditorias de desempenho / value-for-money - kpa 3.1	Criação de equipe e competência - kpa 3.5 Profissionais qualificados - kpa 3.4 Coordenação de força de trabalho - kpa 3.3	Estrutura de gestão da qualidade - kpa 3.7 Planos de auditoria baseados em riscos - kpa 3.6	Integração de medidas de desempenhos qualitativas e quantitativas - kpa 3.10 Informações de custos - kpa 3.9 Relatórios de gestão de AI - kpa 3.8	CAI aconselha e influencia a mais alta gerência - kpa 4.7 Componente essencial da equipe de gestão - kpa 3.11	Supervisão independente da Atividade de AI - kpa 4.8 Supervisão e apoio gerencial para a Atividade de AI - kpa 3.14 Mecanismos de financiamento - kpa 3.13
Nível 2 - infraestrutura	Auditoria de conformidade - kpa 2.1	Desenvolvimento profissional individual - kpa 2.3 Pessoas qualificadas identificadas e recrutadas - kpa 2.2	Estrutura de práticas profissionais e de processos - kpa 2.5 Plano de auditoria baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas - kpa 2.4	Orçamento operacional de AI - kpa 2.7 Plano de negócio de AI - kpa 2.6	Gerenciamento dentro da Atividade de AI - kpa 2.8	Acesso pleno às informações, aos ativos e às pessoas da organização - kpa 2.10 Fluxo de reporte de auditoria estabelecido - kpa 2.9
Nível 1 - inicial	Ad hoc não estruturada; auditorias isoladas ou revisão de documentos e transações com finalidade de aferir correção e conformidade; produtos dependem de habilidades específicas de indivíduos que estão ocupando as posições; ausência de práticas profissionais estabelecidas, além das fornecidas por associações profissionais; financiamento aprovado por gerência, quando necessário; falta de infraestrutura; auditores provavelmente são parte de uma unidade organizacional maior; nenhuma capacidade estabelecida; portanto, inexistência de macroprocessos-chave.					

Fonte: Adaptação de Internal Audit Capability Model (IA-CM) for the Public Sector do IIA-Global.

3. Metodologia

A metodologia que a Audin/IFCE utilizará no processo de autoavaliação frente ao modelo IA-CM consistirá em dividir a avaliação dos kpas no período de 2025 a 2028.

Figura 4 – Distribuição da autoavaliação no período

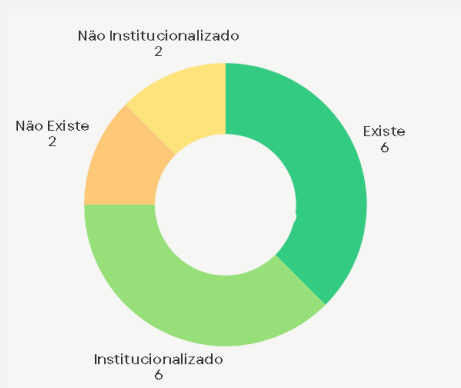


Para cada kpa serão levantadas as evidências que dão suporte à existência e à institucionalização das atividades essenciais, se houver. Para isso, será elaborado um relatório de diagnóstico e um plano de ação. O relatório de diagnóstico apresentará o retrato da autoavaliação do kpa. O plano de ação apresentará as propostas de providências que serão tomadas para as atividades essenciais cuja avaliação da equipe apontou para a inexistência ou para a não institucionalização.

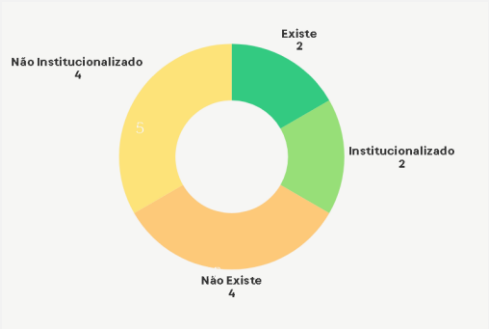
O Anexo I desse relatório apresenta o diagnóstico dos kpas de nível 2 avaliados em 2025 – kpa 2.4, 2.6 e 2.7. São avaliadas as atividades essenciais quanto à existência e institucionalização e a proposição de ações nos casos em que a equipe julgue que o kpa não está existente e/ou institucionalizado.

4. Resultados em 2025

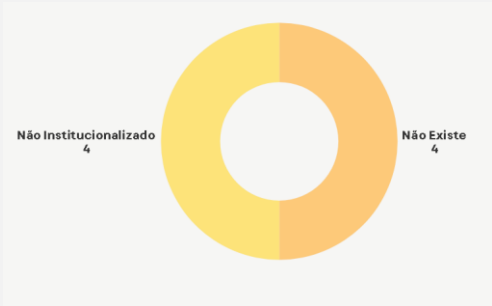
Atendimento ao Kpa 2.4



Atendimento ao Kpa 2.6



Atendimento ao Kpa 2.7



Avaliação IA-CM em 2025

Nível	KPA	Atividades Essenciais														Não existe	Não institucionalizado	Institucionalizado
		2	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	4.1	4.2	4.3	4.4	5.1	5.2			
NÍVEL 2	KPA 2.1	2	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	4.1	4.2	4.3	4.4	5.1	5.2			
	KPA 2.2	2	3	4	5	6												
	KPA 2.3	2	3	4	5	6												
	KPA 2.4	2	3	4	5	6	7	8	9									
	KPA 2.5	2	3	4	5	6	7	8	9									
	KPA 2.6	2	3	4	5	6	7											
	KPA 2.7	2	3	4	5													
	KPA 2.8	2	3	4	5	6	7											
	KPA 2.9	2	3	4	5	6	7											
	KPA 2.10	2	3	4	5													
NÍVEL 3	KPA 3.1	2	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	4.1	4.2	4.3	5.1	5.2						
	KPA 3.2	2	3	4	5	6	7.1	7.2	7.3	7.4	7.5							
	KPA 3.3	2	3	4	5													
	KPA 3.4	2	3	4	5	6	7	8	9									
	KPA 3.5	2	3	4	5	6	7											
	KPA 3.6	2	3	4	5.1	5.2	5.3	5.4	5.5	5.6	6	7	8					
	KPA 3.7	2	3	4	5	6.1	6.2	6.3	6.4	6.5	6.6	6.7	7					
	KPA 3.8	2	3	4	5	6	7											
	KPA 3.9	2	3	4	5	6	7	8										
	KPA 3.10	2	3	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	4.6	5	6	7	8	9				
	KPA 3.11	2	3	4	5	6	7	8	9									
	KPA 3.12	2	3	4	5	6												
	KPA 3.13	2	3	4	5													
	KPA 3.14	2	3	4	5	6	7	8	9									
	KPA 3.15	2	3															

5. Conclusão

A autoavaliação realizada em 2025 diz respeito às análises dos kpas 2.4, 2.6, e 2.7. Para esses três kpas foram levantadas evidências sobre existência e institucionalização das atividades essenciais de cada um dos três kpas.

As atividades essenciais cuja existência e institucionalização não foram evidenciadas, foi elaborado um plano de ação com proposição de ações suficientes para corrigir as faltas e criar artefatos e práticas que levem os kpas a existirem e serem institucionalizados.

Anualmente, será elaborado um relatório de diagnóstico até a conclusão de todos os kpas do nível 2, até o ano de 2028.

Fortaleza, 15/12/2025.

Milena Mendes da Costa

Auditora-Chefe

Anexo I - Diagnóstico

Nível 2 (Infraestrutura) / KPA 2.4 (Plano de Auditoria Baseado nas Prioridades da Gestão e dos Stakeholders)

1. Objetivo: Desenvolver planos periódicos (anuais ou plurianuais) para os quais serão fornecidas auditorias e/ou outros serviços, baseados em consultas com a gestão e/ou com outras partes interessadas (*stakeholders*)

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Ações Propostas
2. Identificar todos os objetos de auditoria da organização e documentar o universo de auditoria.	SIM	SIM	Em 2021/2022, a Audin elaborou um documento intitulado Metodologia de Auditoria Baseada em Riscos. Nesse documento, foram mapeados todos os processos estratégicos das unidades estratégicas do IFCE. Esse trabalho mapeou os riscos dos processos que tinham vinculação com o objetivo estratégico vigente. Esse mapeamento gerou um ranking de processos com base em risco que constituiu o Universo de Auditoria.	Não há.
3. Em colaboração com a alta administração e/ou outros interessados (stakeholder), determinar o período a ser coberto pelo plano (ou seja anual, plurianual ou uma combinação).	SIM	SIM	Conforme a IN nº 5/2021 da CGU o período do plano é anual, coincidindo com o ano civil de 1º de janeiro à 31 de dezembro. A alta administração colabora por meio de reuniões no Comitê de Governança, Riscos e Controles e o Conselho Superior (Principal stakeholder) por meio de aprovação do plano.	Não há.
4. Por meio de consultas à alta administração e/ou a outras partes interessadas – stakeholders (por exemplo, altos funcionários do governo ou auditores externos), identificar as áreas/temas considerados prioritários a serem abordados pela atividade de AI.	SIM	SIM	Nos processos de elaboração dos planos anuais, a AUDIN comunica e solicita informações à Alta Administração. Nesse momento, são considerados os riscos mapeados na ABR, processos sugeridos pela CGU, as expectativas da Alta Administração por meio do CGCR e as informações relevantes das instâncias de integridade (ouvidoria, corregedoria e comissão de ética).	Não há.
5. Identificar os trabalhos de auditoria, incluindo auditorias periódicas, a serem inseridas no plano e que outros serviços a atividade de ai fornecerá à organização.	SIM	SIM	Nos processos de elaboração dos planos anuais, a AUDIN comunica e solicita informações à Alta Administração. Nesse momento, são considerados os riscos mapeados na ABR, processos sugeridos pela CGU, as expectativas da Alta Administração por meio do CGCR e as informações relevantes das instâncias de integridade (ouvidoria, corregedoria e comissão de ética).	Não há.
6. Determinar os objetivos e o escopo para cada trabalho de auditoria, assim como para quaisquer outros serviços, se for o caso.	SIM	SIM	Por imposição da IN nº 05/2021 CGU o PAINT conterá uma previsão realista do tipo de serviço, objeto, objetivo, origem da demanda e datas previstas de início e conclusão. A Audin também inclui o escopo dos trabalhos de auditoria que serão realizados.	Não há.
7. Determinar os recursos globais exigidos (humanos, financeiros, materiais)	NÃO	NÃO	A Audin não realiza levantamento de custo das ações da auditoria.	Realizar levantamento do custo de H/H por trabalho de auditoria. Realizar o levantamento do custo de viagens para a

para realizar o plano e incluir o montante de recursos para cada trabalho de auditoria, para outros serviços a serem prestados, e quaisquer recursos adicionais que possam ser exigidos para responder a outras prioridades da gestão e/ou das partes interessadas (stakeholders) que possam surgir durante o período coberto pelo plano.				realização de trabalhos de auditoria. Realizar o levantamento de custo de capacitações por auditor (diárias, passagens e inscrições).
8. Determinar a combinação de capacidades de recursos humanos exigida para realizar o plano (de dentro da atividade de ai ou por meio de colaboração ou terceirização).	NÃO	NÃO	A Audin não estabeleceu procedimentos para a solicitação de especialistas no caso de auditorias específicas.	Incluir no manual de auditoria os procedimentos a serem realizados com a finalidade de solicitar especialistas em áreas específicas para colaborar em ações de auditoria que exijam conhecimentos técnicos especializados. Incluir no PAINT nos casos em que seja necessário a colaboração de um especialista os limites de atuação e o orçamento necessário em conformidade com as orientações do manual.
9. Obter a aprovação da alta administração e/ou do conselho para o plano e para os recursos requeridos a fim de implementá-lo.	SIM	SIM	Por imposição da IN nº 05/2021 CGU o PAINT deve ser aprovado pelo Conselho de Administração ou Instância equivalente. A Audin submete os planos ao Conselho Superior no ano anterior ao de sua execução e nele estão contemplados os recursos necessários previstos para a realização de cada ano.	Não há.

Nível 2 (Infraestrutura) / KPA 2.6 (Plano de Negócio de Auditoria Interna)

1. Objetivo: Estabelecer um plano periódico para entregar os serviços da atividade de auditoria interna, incluindo serviços de apoio e administração, e os resultados esperados.

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidência	Ações Propostas
2. Identificar a visão da Auditoria Interna e a estratégia como um todo para avançar-la	SIM	SIM	A visão corresponde à direção que a organização busca alcançar. É um plano que descreve o que a organização quer realizar objetivamente num prazo determinado. Nesse sentido, a visão da Audin no Planejamento Estratégico - PET 2020-2023 foi: “Ser reconhecida pela gestão do IFCE e pela sociedade como uma unidade de excelência em auditoria, pela relevância de suas ações na adição, melhoria e proteção do valor organizacional”. E a estratégia geral para alcançá-la é como faremos, estabelecida por meio do PET 2020-2023, com foco em três temas estratégicos: 1) Sociedade; 2) Processos Internos; e 3) Aprendizagem e Crescimento. Foi elaborado um Relatório de acompanhamento do PET 2020-2023 com os resultados alcançados.	Planejamento Estratégico 2020-2023 e 2025-2028 e Relatório Final de Planejamento estratégico 2020-2023. Resolução Nº 97, de 03 de dezembro de 2019 - CONSUP (SEI 1233737 - Processo SEI 23255.008035/2019-19). Resolução Nº 60, de 01	Não há.

			Atualmente, está vigente o PET 2025-2028, que consiste na estratégia geral para alcançar a visão da auditoria interna, prevista no próprio documento PET. O planejamento estratégico da Audin 2025-2028 traz em seu corpo a sua visão para os próximos 4 anos "Ser reconhecida pela gestão do IFCE e pela sociedade como uma unidade de excelência em auditoria, pela relevância de suas ações na adição, melhoria e proteção do valor organizacional". Quanto à estratégia global, a Audin trabalha a partir de três temas estratégicos: 1) Clientes; 2) Processos Internos; e 3) Aprendizagem e Crescimento.	de junho de 2023 (SEI 4956428 - Processo SEI 23255.003345/2023) e Despacho 6932219 - CONSUP no Processo SEI 23255.003021/2024-76.	
3. De acordo com a estratégia geral, determinar os objetivos e resultados de negócio a serem alcançados pela atividade de AI, levando em consideração o planejamento anual/periódico de auditoria e serviços.	NÃO	NÃO	A Audin estabeleceu seu primeiro plano de longo prazo em 2019, vigendo de 2020-2023. Houve uma lacuna em 2024 e no final de 2024, foi elaborado o plano estratégico 2025-2028. Esse plano de longo prazo tem por objetivo projetar ações estruturantes para a unidade que necessitam de um percurso de tempo maior. A partir do ano de 2026, a Audin estuda institucionalizar a criação de um relatório anual de acompanhamento do planejamento estratégico que será apresentado ao conselho superior, para fins de prestação de contas, a peça será contemplada como documento institucional da Auditoria Interna do IFCE e seu modelo está insculpido no manual de Audin. Adicionalmente, a Audin, elabora, anualmente, seu plano operacional denominado Paint desde 2013. Desse modo, a Audin determina seus objetivos e resultados a serem alcançados tanto anualmente com suas atividades operacionais, quanto a cada quatro anos com uma visão de melhoria da qualidade da atividade. Todos os planos, seja estratégico ou operacional, são trabalhados dentro da Audin por meio de reuniões entre os pares com finalidade de acompanhar sua execução, propor melhorias ou alterações se necessário, bem como revelar sua efetividade.	Planejamento Estratégico 2020-2023 e 2025-2028. Paint 2023, 2024 e 2025. Relatório Final de Planejamento estratégico 2020-2023. Raint 2022, 2023 e 2024.	1- Providenciar as atas de reunião do planejamento estratégico. 2- Atualização do planejamento estratégico, a partir de discussão com os pares e aprovação do conselho superior - Consup, na busca de aproximar a visão estratégica da visão operacional por meio do PAINT;
4. Determinar os serviços de apoio e administrativos necessários para a entrega eficaz da atividade de AI (por exemplo, recursos humanos, materiais e informática)	NÃO	NÃO	No Plano 2020-2023, a Audin estabeleceu dois objetivos estratégicos que tinham a finalidade de aprimorar os processos internos e dimensionar a força de trabalho a partir de métricas razoáveis. Trata-se dos objetivos: 2.3.1 - Fomentar a criação de soluções de TI para as atividades de auditoria interna e 3.2.1 -Elaborar um estudo de dimensionamento da força de trabalho da Audin. Esses dois objetivos olharam para dentro da Audin no horizonte de 2020-2023. O objetivo 2.3.1 foi atingido com êxito, trouxe relevantes avanços e automatização para a execução dos processos internos de auditoria, trata-se do sistema E-CGU que é utilizado tanto para monitoramento de recomendações quanto para execução das ações de auditoria. O objetivo 3.2.1 foi cancelado porque não foi possível capacitar a equipe para realizar esse estudo, tanto por questão de tempo como por questão de capacitação. No contexto do apoio administrativo	Planejamento Estratégico 2020-2023 e 2025-2028 e Relatório Final de Planejamento estratégico 2020-2023. Manual da Audin. Metodologia ABR.	1 - Participação no processo de solicitação de estagiários/bolsista para atuar no apoio administrativo: controle e elaboração de planilhas; desenvolvimento e manutenção de painéis POWER BI; elaboração e manutenção do Audin

			para a entrega eficaz da atividade de auditoria, a Audin dispõe de um manual operacional com mapeamento de processos principais desenvolvidos na Audin. Esse mapeamento assegura a padronização, formalização, continuidade e celeridade na execução dos processos. Outro documento bastante importante que faz parte dos documentos que dão suporte aos trabalhos de auditoria trata-se da Metodologia de Auditoria Baseada em Riscos que apresenta o universo de processos auditáveis no IFCE.		Informa. 2 - Solicitação de designação de orçamento anual da auditoria baseada em série histórica (exemplo: para capacitação dos auditores internos, diárias, passagens) 3 - Mapeamento de competências dos servidores da Audin. 4 - Atualização do Manual da Audin e dos processos mapeados. 5 - Criação de um relatório mostrando a necessidade de apoio de serviços administrativos, a fim de os auditores canalizassem suas energias para atividades técnicas, tentar mostrar, por meio deste estudo, o ganho que a unidade poderia ter com a inserção dessa força de trabalho.
5. Preparar cronogramas relevantes e determinar os recursos necessários para alcançar os objetivos estabelecidos	SIM	SIM	Para alcançar os objetivos estabelecidos nos Planejamentos Estratégicos, a Audin consignou no próprio documento um cronograma de execução de todos os objetivos. A execução das atividades necessárias ao cumprimento do PET é distribuída em planos anuais entre os membros da equipe de auditores com supervisão do chefe da auditoria. Para a perfeita execução são necessários recursos humanos (que estão contemplados com a equipe de auditores) e apoio da Alta Administração por meio da aprovação de normas e regulamentos no Conselho Superior.	Planejamento Estratégico 2020-2023 e 2025-2028. Relatório Final de Planejamento estratégico 2020-2023. Paint 2023, 2024 e 2025 e respectivas resoluções de aprovação.	Não há
6. Desenvolver o plano negócio necessário para alcançar os objetivos.	NÃO	NÃO	Foi desenvolvido o plano de negócio, Planejamento Estratégico para o período de 2020 a 2023. Também foram apresentadas e aprovadas ad referendum alterações desse planejamento estratégico em junho de 2023 pelo Conselho Superior do IFCE (CONSUP), além de ter sido desenvolvido também, no final de 2024, o planejamento estratégico 2025-2028. Para atender essa atividade faz-se necessário alterar o planejamento estratégico com a inserção do tipo de documento e periodicidade em que ocorrerá o acompanhamento. Os Relatórios de acompanhamento devem ser	Planejamento Estratégico 2020-2023 e 2025-2028. Resolução Nº 97, de 03 de dezembro de 2019 - CONSUP (Processo SEI 23255.008035/2019-19). Resolução Nº 60, de 01 de	1 - Criação de relatórios anuais de acompanhamento do planejamento estratégico, por ocasião da entrega do RAIN.T. (Alterar o planejamento

			apresentados no CONSUP e deverá ser comprovado a internalização do plano por todos os auditores.	junho de 2023 (Processo SEI 23255.003345/2023), Despacho 6932219 - CONSUP no Processo SEI 3255.003021/2024-76 e Planilha Acompanhamento das Ações PET 2023, elaborada no excel pela unidade de auditoria.	estratégico no capítulo monitoramento e avaliação com o estabelecimento do tipo de documento e do período que será emitido). 2 - Apresentação dos Relatórios de acompanhamento e avaliação ao CONSUP. 3 – Elaboração de um extrato de entrevistas/questionários aplicados aos auditores demonstrando a internalização do plano na cultura e na estratégia da unidade. (Aplicar anualmente perguntas sobre a concordância com objetivos, metas, resultados)
7. Obter aprovação da Alta Administração ou do Conselho para o Plano de Negócio.	NÃO	NÃO	O plano de negócio da auditoria interna 2019-2023 foi aprovado em 03 de dezembro de 2019 pelo Conselho Superior do IFCE, no entanto, para atender essa atividade faz-se necessário incluir no Manual da Audin um fluxo da aprovação do PET no CONSUP.	'Resolução Nº 97, de 03 de dezembro de 2019 - CONSUP (Processo SEI 23255.008035/2019-19). Resolução Nº 51, de 18 de agosto de 2021 - CONSUP (Processo SEI 23255.003748/2021-19). 68ª Reunião do CONSUP que aconteceu em 13 de junho de 2022, que apreciou o acompanhamento do Plano de negócio (Processo SEI 23255.004622/2022-34). Resolução Nº 60, de 01 de junho de 2023 -	1 - Incluir no Manual de auditoria a previsão de aprovação e de alterações do PET pelo Conselho Superior (fluxo de aprovação do PET).

				CONSUP (Processo SEI 23255.003345/2023-23).	

Nível 2 (Infraestrutura) / KPA 2.7 (Orçamento operacional de Auditoria Interna)

1. **Objetivo:** Receber dotação e usar o próprio orçamento operacional para planejar os serviços de auditoria interna.

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidência	Ações Propostas
2. Estabelecer um orçamento realista para as atividades e para os recursos identificados como necessários no plano de negócio da atividade de AI, considerando custos fixos e variáveis.	NÃO	NÃO	Não há orçamento estabelecido para o desempenho das atividades de auditoria interna. Para as atividades de auditoria, se mostram necessários recursos para diárias e passagens para realização de inspeções e visitas in loco; pagamento de inscrição em cursos de capacitação e de diárias e passagens; realização de eventos internos. Os orçamentos disponíveis para as necessidades relacionadas estão incluídos no orçamento da reitoria. Não há previsão interna de divisão de orçamento para a Audin, contudo as necessidades da Audin são em grande medida atendidas.	Não se aplica	Elaborar um plano de demandas anuais da Audin em todas as perspectivas (diárias, passagens, recursos de TI, capacitação, estagiários, etc) estabelecendo um orçamento médio que atenda no mínimo atividades de capacitação e visitas aos campi)
3. Desenvolver padrões orçamentários alinhados com os da organização.	NÃO	NÃO	A organização distribui os recursos da LOA por meio da aplicação de metodologia entre os campi, reitoria e unidades estratégicas. O orçamento para as necessidades da Audin está incluído nos recursos da reitoria, contudo, não participa da distribuição orçamentária. Para além disso, os padrões orçamentários estão alinhados aos da organização à medida que os objetos auditados são alinhados aos objetivos estratégicos da organização.	Não se aplica	
4. Obter aprovação da alta administração ou do conselho para o orçamento operacional.	NÃO	NÃO	O único orçamento aprovado pela alta administração para a Audin é o orçamento para capacitações que vai juntamente com o Paint para aprovação do conselho superior.	Não se aplica	Submeter o plano orçamentário da Audin ao Consup para aprovação.
5. Revisar continuamente o orçamento para se certificar de que ele permaneça realista e exato, identificando e informando as mudanças.	NÃO	NÃO	A atividade de auditoria interna não revisou seu orçamento continuamente porque, embora haja necessidade do estabelecimento de um orçamento próprio na unidade, ele não existe. A Alta Administração da instituição destina parte do orçamento da Reitoria para capacitações dos servidores da Auditoria Interna. Ressalta-se que os cursos são elencados anualmente no PAINT (Item 5.2) que é apresentado em reunião do Conselho Superior (CONSUP) para aprovação pelos seus membros.	Não se aplica	Inserir em documento próprio (regimento interno, PGMQ) a previsão de revisões sistemáticas do orçamento da Audin.

Anexo II - Plano de Ação

Nível 2 (Infraestrutura) / KPA 2.4 (Plano de Auditoria Baseado nas Prioridades da Gestão e dos Stakeholders)

1. **Objetivo:** Desenvolver planos periódicos (anuais ou plurianuais) para os quais serão fornecidas auditorias e/ou outros serviços, baseados em consultas com a gestão e/ou com outras partes interessadas (stakeholders)

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Ações Propostas	Responsável	Data Limite	Status
Determinar os recursos globais exigidos (humanos, financeiros, materiais) para realizar o plano e incluir o montante de recursos para cada trabalho de auditoria, para outros serviços a serem prestados, e quaisquer recursos adicionais que possam ser exigidos para responder a outras prioridades da gestão e/ou das partes interessadas (stakeholders) que possam surgir durante o período coberto pelo plano.	NÃO	NÃO	Realizar levantamento do custo de H/H por trabalho de auditoria. Realizar o levantamento do custo de viagens para a realização de trabalhos de auditoria. Realizar o levantamento de custo de capacitações por auditor (diárias, passagens e inscrições).	Milena e Dirlândia	31/07/2026	Não Iniciada
Determinar a combinação de capacidades de recursos humanos exigida para realizar o plano (de dentro da atividade de ai ou por meio de colaboração ou terceirização).	NÃO	NÃO	Incluir no manual de auditoria os procedimentos a serem realizados com a finalidade de solicitar especialistas em áreas específicas para colaborar em ações de auditoria que exijam conhecimentos técnicos especializados. Incluir no PAINT nos casos em que seja necessário a colaboração de um especialista os limites de atuação e o orçamento necessário em conformidade com as orientações do manual.	Milena e Dirlândia	31/07/2026	Não Iniciada

Nível 2 (Infraestrutura) / KPA 2.6 (Plano de Negócio de Auditoria Interna)

1. **Objetivo:** Estabelecer um plano periódico para entregar os serviços da atividade de auditoria interna, incluindo serviços de apoio e administração, e os resultados esperados.

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Ações Propostas	Responsável	Data Limite	Status
-----------------------	------------	---------------------	-----------------	-------------	-------------	--------

3. De acordo com a estratégia geral, determinar os objetivos e resultados de negócio a serem alcançados pela atividade de AI, levando em consideração o planejamento anual/periódico de auditoria e serviços.	NÃO	NÃO	1 - Providenciar as atas de reunião do planejamento estratégico 2 - Atualização do planejamento estratégico, a partir de discussão com os pares e aprovação do conselho superior - Consup, na busca de aproximar a visão estratégica da visão operacional por meio do PAINT;	Milena e Christianey	31/07/2026	1 . As atas de reunião sobre a execução do planejamento estratégico encontram-se no processo SEI 23255.006994/2025-48.
4. Determinar os serviços de apoio e administrativos necessários para a entrega eficaz da atividade de AI (por exemplo, recursos humanos, materiais e informática)	NÃO	NÃO	1 - Participar do processo de solicitação de estagiários/bolsista para atuar no apoio administrativo: controle e elaboração de planilhas; desenvolvimento e manutenção de painéis POWER BI; elaboração e manutenção do Audin Informa. 2 - Solicitação de designação de orçamento anual da auditoria baseada em série histórica (exemplo: para capacitação dos auditores internos, diárias, passagens) 3 – Mapeamento de competências dos servidores da Audin. 4 - Atualização do Manual da Audin e dos processos mapeados. 5 - Criar um relatório mostrando a necessidade de apoio de serviços administrativos, a fim de os auditores canalizassem suas energias para atividades técnicas, tentar mostrar, por meio deste estudo, o ganho que a unidade poderia ter com a inserção dessa força de trabalho.	Milena e Christianey	31/07/2026	Não Iniciada
6. Desenvolver o plano negócio necessário para alcançar os objetivos.	NÃO	NÃO	1 - Criação de relatórios anuais de acompanhamento do planejamento estratégico, por ocasião da entrega do RAIN. (Alterar o planejamento estratégico no capítulo monitoramento e avaliação com o estabelecimento do tipo de documento e do período que será emitido). 2 - Apresentação dos Relatórios de acompanhamento e avaliação ao CONSUP. 3 – Elaborar um extrato de entrevistas/questionários aplicados aos auditores demonstrando a internalização do plano na cultura e na estratégia da unidade. (Aplicar anualmente perguntas sobre a concordância com objetivos, metas, resultados)	Milena e Christianey	31/07/2026	Não Iniciada
7. Obter aprovação da Alta Administração ou do Conselho para o Plano de Negócio.	NÃO	NÃO	1 - Incluir no Manual de auditoria a previsão de aprovação e de alterações do PET pelo Conselho Superior (fluxo de aprovação do PET).	Milena e Christianey	31/07/2026	Não Iniciada

Nível 2 (Infraestrutura) / KPA 2.7 (Orçamento operacional de Auditoria Interna)

2. **Objetivo:** Receber dotação e usar o próprio orçamento operacional para planejar os serviços de auditoria interna.

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Ações Propostas	Responsável	Data Limite	Status
2. Estabelecer um orçamento realista para as atividades e para os recursos identificados como necessários no plano de negócio da atividade de AI, considerando custos fixos e variáveis.	NÃO	NÃO	Elaborar um plano de demandas anuais da Audin em todas as perspectivas (diárias, passagens, recursos de TI, capacitação, estagiários, etc) com base na série histórica. Realizar reunião com a PROAP para criação de centro de custo para utilização em diárias e passagens. Realizar reunião com a PROGEPI para negociar um orçamento permanente para capacitação. Solicitar estagiário/bolsista.	Milena e Dirlândia	31/07/2026	Não Iniciada
4. Desenvolver padrões orçamentários alinhados com os da organização.	NÃO	NÃO	Realizar reunião (processo de negociação) com a PROAP/DEOR para conhecer a metodologia de distribuição orçamentária e a viabilidade de inclusão da Audin.	Milena e Dirlândia	31/07/2026	Não Iniciada
4. Obter aprovação da alta administração ou do conselho para o orçamento operacional.	NÃO	NÃO	Adequar o fluxograma de elaboração do PAINT com a inclusão das atividades de levantamento das necessidades orçamentárias da Unidade e aprovação junto ao CONSUP. Inserir anexo ao PAINT com a revisão do orçamento da Audin.	Milena e Dirlândia	31/07/2026	Não Iniciada
5. Revisar continuamente o orçamento para se certificar de que ele permaneça realista e exato, identificando e informando as mudanças.	NÃO	NÃO	Inserir anexo ao PAINT com a revisão do orçamento da Audin.	Milena e Dirlândia	31/07/2026	Não Iniciada



INSTITUTO FEDERAL
Ceará